

COORDENADOR

JOÃO AURINO DE MELO FILHO

EXECUÇÃO FISCAL APLICADA

9ª edição
revista, atualizada
e ampliada

**Análise pragmática
do PROCESSO DE
EXECUÇÃO FISCAL**

AUTORES

Augusto Newton Chucri
Eduardo Rauber Gonçalves
João Aurino de Melo Filho
Leonardo Munareto Bajerski
Luiz Henrique Teixeira da Silva
Marcelo Polo
Marcos Paulo Sandri
Maritei Fortuna Godoi

2021



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Diagramação: Isabella Giordano (giordano.bella@gmail.com)

C559e Execução Fiscal Aplicada: análise pragmática do processo de execução fiscal /
Coordenador João Aurino de Melo Filho, autores Augusto Newton Chucrí et al. – 9. ed. rev.
ampl. e atual. – São Paulo: Juspodivm, 2021.
1216 p.

Vários autores.
ISBN 978-65-5680-710-2.

1. Execução Fiscal. I. Melo Filho, João Aurino de. II. Chucrí, Augusto Newton. II. Título.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	39
--	-----------

Capítulo I

FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO.....	41
--	-----------

Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO	41
------------------	----

1. TÍTULO EXECUTIVO QUE INSTRUI A EXECUÇÃO FISCAL	43
---	----

1.1. Dívida ativa tributária	46
------------------------------------	----

1.2. Dívida ativa não tributária	47
--	----

2. O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ACERCA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E NÃO TRIBUTÁRIO A PARTIR DE SUA CONSTITUIÇÃO ATÉ A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA	57
---	----

3. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA E O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL	88
--	----

4. POSSIBILIDADE DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: ADEQUAÇÃO, UTILIDADE, EFICIÊNCIA E NÃO CARACTERIZAÇÃO DE SANÇÃO POLÍTICA	105
--	-----

Capítulo II

DA COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL.....	115
---	------------

Eduardo Rauber Gonçalves

INTRODUÇÃO	115
------------------	-----

1. DA NORMATIVIDADE ESPECÍFICA DA EXECUÇÃO FISCAL	116
---	-----

2. COMPETÊNCIA MATERIAL – ENTE DA FEDERAÇÃO E A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA DELEGADA (ART. 109, § 3º, DA CF) – ADVENTO DA LEI Nº 13.043/2014	117
---	-----

3. COMPETÊNCIA TERRITORIAL – DOMICÍLIO DO RÉU, RESIDÊNCIA OU LUGAR ONDE FOR ENCONTRADO O EXECUTADO (ART. 46, § 5º, DO CPC).....	122
3.1. Apensamento das execuções fiscais (art. 28 da Lei nº 6.830/80)....	129
4. QUESTÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL.....	131
4.1. Execuções de entes estaduais e municipais contra entes federais: competência da Justiça Federal	131
4.2. Execuções dos Conselhos Profissionais: competência da Justiça Federal.....	134
4.3. Execuções de multas trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho – EC nº 45/2004	135
4.4. Execuções de multas eleitorais: competência da Justiça Eleitoral....	138
4.5. Execuções de FGTS: competência da Justiça Federal.....	139
4.6. Juizados Especiais: incompetência para processar e julgar execuções fiscais.....	141
4.7. Incompetência dos “juízos universais” para processar os executivos fiscais (artigos 5º e 29 da Lei nº 6.830/80 e art. 187 do CTN)	142
4.8. Concurso de preferência entre credores públicos e deslocamento da competência	142
4.9. Ação ordinária ajuizada previamente na justiça federal e competência delegada – Conexão.....	144

Capítulo III

LEGITIMIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL: FAZENDA PÚBLICA EXEQUENTE E DEVEDOR OU RESPONSÁVEL EXECUTADO

João Aurino de Melo Filho e Marcos Paulo Sandri

INTRODUÇÃO	148
1. LEGITIMIDADE ATIVA	149
1.1. Execuções fiscais federais: atribuições funcionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União e Procuradoria-Geral Federal	150
1.2. Execuções fiscais de multas criminais.....	158

1.3. Execuções de multas impostas pelos Tribunais de Contas: desnecessidade de inscrição em dívida ativa e ajuizamento de execução fiscal	160
1.4. Execuções de contribuições cobradas pelos Conselhos Profissionais e o caso específico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	161
1.5. Execuções para cobrança de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	163
1.6. Execuções para cobrança de créditos do Simples Nacional	166
2. LEGITIMIDADE PASSIVA: DEVEDOR OU RESPONSÁVEL	167
2.1. Devedor	169
2.2. Responsável	170
2.3. Legitimidade decorrente da inclusão do devedor/responsável na Certidão de Dívida Ativa (presunção) e em razão de decisão judicial posterior à inscrição	171
2.4. Ausência de lastro jurídico, em razão da declaração de inconstitucionalidade do artigo 13 da Lei nº 8.620/93, das Certidões de Dívida ativa que impuseram responsabilidade solidária aos sócios pelos débitos junto à Seguridade Social	176
2.5. Legitimidade independentemente da existência de personalidade jurídica	177
2.6. A responsabilidade do empresário individual (“firma individual”)	183
2.7. Responsabilidade do sócio e da pessoa jurídica pelas multas aplicadas a cada um deles em razão da distribuição de lucros e/ou bonificações por pessoas jurídicas devedoras da União	184
2.8. Incidência das normas que regulam a responsabilidade tributária nas execuções fiscais de dívidas não tributárias: hermenêutica do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 6.830/80	187
3. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA FAZENDA PÚBLICA NOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL	189

Capítulo IV

PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS DOS ENTES PÚBLICOS E PRERROGATIVAS JUDICIAIS DOS SEUS PROCURADORES	193
--	------------

Luiz Henrique Teixeira da Silva

INTRODUÇÃO	193
------------------	-----

1. DOS PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS PÚBLICOS	195
1.1. Da satisfação do crédito público mediante liquidação de bem alienado fiduciariamente – faceta do privilégio	202
1.2. Do privilégio do crédito público na falência	205
1.3. Dos demais privilégios atribuídos aos créditos públicos.....	212
1.4. Da forma processual para o exercício dos privilégios do crédito público fora da execução fiscal	216
1.4.1 Execução fiscal em face de pessoas jurídicas em processo de concordata ou de recuperação judicial	216
1.4.2 O privilégio fazendário oposto em processos de terceiros....	221
2. DAS GARANTIAS DOS CRÉDITOS PÚBLICOS.....	228
3. DAS PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA NA EXECUÇÃO FISCAL	238
3.1. Dos encargos processuais devidos pela Fazenda Pública – custas, emolumentos, demais despesas e honorários de sucumbência.....	238
3.2. Das intimações.....	242
3.3. Outras prerrogativas processuais	247

Capítulo V

DAS INDISPONIBILIDADES E RESTRIÇÕES PATRIMONIAIS PREPARATÓRIAS À PENHORA

251

Luiz Henrique Teixeira da Silva

INTRODUÇÃO	251
1. DO ARROLAMENTO FISCAL	252
2. DA AÇÃO CAUTELAR FISCAL.....	256
3. DO ARRESTO.....	261
4. DA AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA.....	264
5. DA INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS CONSTANTE NO ARTIGO 185-A DO CTN.....	266
6. DA AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA	270
7. DA UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO FISCAL.....	272

Capítulo VI**CITAÇÃO DO RÉU NA EXECUÇÃO FISCAL 275***Marcos Paulo Sandri*

INTRODUÇÃO: PARTICULARIDADES DA CITAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL	275
1. DESPACHO DO JUIZ – EFEITOS QUANTO À PRESCRIÇÃO	277
2. PESSOAS QUE PODEM SER CITADAS.....	283
2.1. Pessoas físicas	283
2.2. Pessoas jurídicas	284
2.3. Espólio, inventariante e administrador provisório.....	286
2.4. Sucessores.....	288
2.5. Massa Falida.....	288
3. MODALIDADES DE CITAÇÃO.....	288
3.1. Citação pelo correio por carta com aviso de recebimento.....	289
3.2. Citação por mandado	292
3.3. Citação por edital.....	293
3.4. Citação por hora certa	298

Capítulo VII**FORMALIDADES E PROCEDIMENTO NA APRESENTAÇÃO DE BENS PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO FISCAL..... 301***João Aurino de Melo Filho*

INTRODUÇÃO	301
1. ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA E LIQUIDEZ COMO REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DE BENS OFERECIDOS À PENHORA	307
2. NOMEAÇÃO À PENHORA PELO EXECUTADO DE BEM LEGALMENTE IMPENHORÁVEL: POSSIBILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E, EM CASO DE PENHORA E DESFAZIMENTO POSTERIOR, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS.....	312
3. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA GRAVADO COM PRÉVIA HIPOTECA: POSSIBILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E, EM CASO DE PENHORA	

E DESFAZIMENTO POSTERIOR, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS	317
4. FORMALIDADES NA NOMEAÇÃO À PENHORA DE BEM IMÓVEL...	321
5. INDICAÇÃO À PENHORA DE BEM DE TERCEIRO.....	322
6. DEPÓSITO JUDICIAL EM DINHEIRO COMO GARANTIA DA DÍVIDA....	324
6.1. Depósito em dinheiro e prazo para oposição de embargos	324
6.2. Distinções entre depósito/pagamento e depósito/garantia	326
6.3. Procedimento normativo concreto para realização de depósito em dinheiro.....	327
7. REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA.....	332
7.1. Fiança bancária e depósito ou penhora de dinheiro: possibilidades limitadas de substituição e inaplicabilidade, às execuções fiscais, da norma do artigo 835, § 2 ^a , do CPC/2015 (que equiparou a fiança bancária ao depósito)	338
7.2. Fiança bancária e parcelamento do débito	344
8. SEGURO GARANTIA	345
9. OFERTA ANTECIPADA DE GARANTIA NAS EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA PGFN	349

Capítulo VIII

PENHORA DE BENS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL 351

Marcos Paulo Sandri

INTRODUÇÃO	351
1. EFEITOS DA PENHORA	352
2. BENS PENHORÁVEIS E IMPENHORÁVEIS.....	354
2.1. Bem de família	366
2.2. Demais hipóteses de impenhorabilidade contempladas em leis esparsas.....	370
3. ORDEM DE PREFERÊNCIA DA PENHORA.....	370
4. PROCEDIMENTO DA PENHORA.....	375
4.1. Lavratura do auto ou termo de penhora.....	375

4.2. Intimação da penhora.....	377
4.3. Avaliação dos bens penhorados.....	380
4.4. Registro da penhora.....	383
4.5. Remoção dos bens penhorados.....	389
4.6. Substituição da penhora.....	390
4.7. Reforço da penhora.....	395
4.8. Nomeação do depositário.....	395
4.9. Liberação da penhora.....	396
5. ESPÉCIES DE PENHORA.....	397
5.1. Penhora sobre dinheiro – penhora <i>online</i>	397
5.2. Penhora sobre repasses de operadoras de cartões de crédito ...	407
5.3. Penhora sobre imóveis e veículos.....	409
5.4. Penhora no rosto dos autos.....	411
5.5. Penhora sobre o faturamento.....	412
5.6. Penhora de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, plantações ou edifícios em construção.....	414

Capítulo IX

FRAUDE À EXECUÇÃO 417

Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO.....	417
1. PRESSUPOSTOS LEGAIS PARA APLICAÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO.....	422
1.1. Aos créditos tributários.....	422
1.2. Aos créditos não tributários.....	425
2. DISTINÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO EM RELAÇÃO À FRAUDE CONTRA CREDORES.....	433
3. A FUNCIONALIDADE DO INSTITUTO SOB O ENFOQUE JURISPRUDENCIAL.....	436
3.1. Análise da presunção legal e do ônus da prova perante o instituto.....	437
3.2. Súmula 375 do STJ: inaplicabilidade ao crédito tributário inscrito em dívida ativa.....	455

4. PROCEDIMENTO	459
5. CONCLUSÃO	463

Capítulo X

MODIFICAÇÕES NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL: CONSEQUÊNCIAS DA FALÊNCIA, DA MORTE, DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA PESSOA JURÍDICA E DA SUCESSÃO EMPRESARIAL NO PROCESSO EXECUTIVO.....	467
--	------------

João Aurino de Melo Filho

INTRODUÇÃO	468
1. QUESTÕES PRELIMINARES	469
1.1. Procedimento a ser seguido para responsabilização de um terceiro durante a tramitação do processo de execução fiscal.....	469
1.1.1. Responsabilização por decisão judicial.....	469
1.1.2. Responsabilização por decisão administrativa, nos casos de ato ilícito, inclusive, durante a tramitação das execuções fiscais da União (Lei nº 13.606/2018)	479
1.1.3. Responsabilização independentemente de revisão de lançamento ou processo administrativo de apuração: não incidência da Súmula nº 392 do STJ nos casos de sucessão legal objetiva.....	489
1.2. Prescrição da pretensão contra terceiros nos casos de dívidas tributárias.....	495
2. FALECIMENTO DO RÉU DURANTE O PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	498
2.1. Formalidades procedimentais para imputação de responsabilidade aos sucessores <i>causa mortis</i> na execução fiscal.....	498
2.1.1. Falecimento do executado depois do ajuizamento da execução.....	498
2.1.2. Falecimento do executado antes do ajuizamento da execução.....	500
2.1.3. Extinção da execução fiscal em razão do ajuizamento em face de devedor falecido e prescrição	501
2.1.4. Procedimento tópico para prosseguimento da execução	503

2.2.	Imediato prosseguimento dos atos executórios, com penhora e expropriação de bens do <i>de cujus</i> , independentemente de procedimento de habilitação ou de penhora no rosto dos autos ...	506
2.3.	Demarcação da responsabilidade dos sucessores.....	511
2.4.	Inexistência de bens e prescrição intercorrente	512
2.5.	Falecimento da pessoa física empresária (“firma individual”).....	514
3.	EXECUÇÃO FISCAL EM FACE DE MASSA FALIDA	517
3.1.	Restrições procedimentais impostas à execução fiscal em face de massa falida	519
3.2.	Repercussões da decretação da falência nos privilégios e na própria exigibilidade do crédito fiscal (crédito principal, multa, juros e honorários/encargo legal)	530
3.3.	Extinção do processo de falência e possibilidade de redirecionamento da execução fiscal para responsabilização dos sócios.....	542
3.4.	Prescrição ordinária e intercorrente na execução fiscal em face de massa falida	546
4.	RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DOS SÓCIOS COM PODERES DE GERÊNCIA NOS CASOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE ...	549
4.1.	Inaplicabilidade, nos casos de responsabilização por dissolução irregular, do incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC/2015.....	559
4.2.	Possibilidade de o sócio ilidir a presunção de fraude decorrente da dissolução irregular, demonstrando não ter agido com culpa nem dolo e comprovando, ainda, que sua omissão não teve como resultado nenhum prejuízo à Fazenda Pública: atribuição ao executado do ônus da prova e responsabilidade pelos encargos da sucumbência mesmo quando vencedor em eventuais embargos.....	570
4.3.	Atos que, embora denotem o interesse na dissolução social (de fato), não são aptos a suprir o procedimento formal de liquidação	573
4.3.1.	Distrato simples e dissolução irregular.....	573
4.3.2.	Mero pedido de falência sem desenvolvimento da relação processual por ausência de síndico/administrador judicial ...	576

4.4. Localização do sócio responsável pelos débitos tributários nos casos de dissolução irregular: responsabilidade pessoal dos sócios da época da dissolução, não do fato gerador	577
4.5. Responsabilidade pessoal do sócio na execução fiscal de dívida não tributária	583
4.6. Prescrição do direito de redirecionar a execução fiscal tributária contra o sócio pessoalmente responsável nos casos de dissolução irregular	588
4.7. Responsabilização dos sócios por fatos imoníveis ocorridos antes dos atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: interpretação do artigo 135 do CTN	597
4.8. Dispensa de apresentação de certidão de regularidade fiscal para registro de extinção (baixa) de pessoa jurídica e (im)possibilidade de responsabilização dos sócios: disciplina da Lei Complementar nº 147/2014	603
5. SUCESSÃO EMPRESARIAL: RESPONSABILIDADE DO SUCESSOR.....	615
5.1. Responsabilização pessoal dos sócios nos casos de sucessão empresarial clandestina.....	619
5.2. Diligências investigatórias, indícios e comprovação da sucessão empresarial clandestina.....	623
6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DAS PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM DE MODO CONJUNTO OU COORDENADO, ESTANDO REUNIDAS, OU NÃO, EM GRUPO ECONÔMICO.....	626

Capítulo XI

EXPROPRIAÇÃO DO BEM PENHORADO..... 647

Leonardo Munareto Bajerski

INTRODUÇÃO	647
1. ADJUDICAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO DOS BENS PENHORADOS	648
2. ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR.....	654
3. ARREMATACÃO. PROCEDIMENTO DA ARREMATACÃO	657

3.1. O auto de arrematação e a carta de arrematação.....	665
4. APROPRIAÇÃO DE FRUTOS E RENDIMENTOS DE EMPRESA OU DE ESTABELECIMENTOS E DE OUTROS BENS	667

Capítulo XII

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL 669

Marcelo Polo

INTRODUÇÃO	669
1. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	672
1.1. O parcelamento e a moratória.....	677
1.1.1. A natureza jurídica e os requisitos	677
1.1.2. O parcelamento e a prescrição.....	680
1.1.3. O parcelamento do CPC.....	682
1.2. O depósito do montante integral do tributo em juízo.....	684
1.2.1. A operacionalização do depósito nas instituições bancárias	687
1.2.2. O depósito como direito subjetivo do contribuinte: sobre o controle judicial do depósito	690
1.2.3. O depósito e a constituição do crédito tributário	694
1.2.4. O depósito e a denúncia espontânea.....	699
1.2.5. O levantamento do depósito ao final da ação.....	700
1.3. A concessão de tutela antecipada ou medida liminar em ações judiciais.....	703
1.3.1. A extensão da causa suspensiva.....	703
1.3.2. A constituição do crédito tributário	705
1.3.3. Os efeitos próprios da decisão judicial suspensiva da exigibilidade no âmbito federal: multa de ofício e multa de mora.....	707
1.3.4. A suspensão da exigibilidade do crédito ajuizado: construção de requisitos	709
1.3.4.1. A tutela de urgência	712

1.3.4.2. A tutela de evidência.....	715
2. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DE CAUSAS SUSPENSIVAS PROCESSUAIS	715
2.1. A suspensão em razão da condição das partes e da sua repre- sentação em juízo	716
2.2. A suspensão em razão da ilegitimidade do órgão julgador: as arguições de incompetência, impedimento e suspeição	718
2.3. A suspensão em razão de convenção das partes: o negócio jurí- dico processual e a transação	721
2.4. A suspensão em razão da não localização do devedor e de bens penhoráveis.....	723
2.4.1. O prazo de suspensão: 1 ano	724
2.4.2. A operacionalidade da suspensão: diligências que com- petem ao Poder Judiciário e diligências que competem à Procuradoria Fazendária	728
2.5. A suspensão em razão da frustração dos meios de expropriação judicial do bem penhorado	733
2.6. A suspensão em razão de incidentes processuais, processos in- cidentais e processos autônomos com repercussão na execução fiscal.....	735
3. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DIANTE DOS PROCEDIMENTOS CON- CURSAIS: FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA CIVIL, LIQUIDAÇÃO EXTRAJU- DICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	739
3.1. A suspensão na falência e na insolvência civil	739
3.2. A suspensão na liquidação extrajudicial	744
3.3. A suspensão na recuperação judicial.....	750
4. O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO EM RAZÃO DO BAIXO VALOR DO CRÉDITO EXEQUENDO.....	759
5. O PRAZO MÁXIMO DE SUSPENSÃO: AJUSTE ENTRE AS PARTES X PARCELAMENTO	766
6. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NÃO IMPEDE A ADOÇÃO DE MEDI- DAS CAUTELARES.....	767

Capítulo XIII**EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL 771***Marcelo Polo*

INTRODUÇÃO	771
1. EXTINÇÃO PRÓPRIA.....	773
1.1. A satisfação voluntária.....	773
1.1.1. O pagamento	774
1.1.2. A transação	774
1.1.3. A consignação em pagamento.....	779
1.1.4. A dação em pagamento de bens imóveis	779
1.2. A satisfação involuntária	781
1.2.1. Por meio da entrega de dinheiro.....	781
1.2.2. Por meio da adjudicação.....	782
2. EXTINÇÃO IMPRÓPRIA	784
2.1. A decadência e a prescrição.....	785
2.1.1. A decadência e a prescrição ordinária	785
2.1.2. A prescrição intercorrente	789
2.1.2.1. Sobre a origem e a natureza do instituto	789
2.1.2.2. Sobre a constitucionalidade	794
2.1.2.3. Sobre a operacionalidade.....	798
2.1.2.4. A prescrição intercorrente para além da hipótese do art. 40, LEF.....	826
2.2. A compensação	832
2.2.1. A compensação de créditos tributários inscritos em dívida ativa.....	835
2.2.1.1. A compensação de precatórios	835
2.2.1.2. A compensação no âmbito federal: análise da com- pensação de débitos tributários parcelados	847
2.2.2. A compensação de créditos não tributários inscritos em dívida ativa.....	860

2.2.3. O meio de oposição da compensação: necessidade de mudança legislativa	860
2.3. A extinção pela remissão.....	861
2.4. A extinção do processo sem julgamento de mérito	861
2.4.1. O abandono de causa	862
2.4.2. A extinção pelo baixo valor do crédito exequendo	863
2.4.3. A extinção da execução fiscal diante do julgamento final do processo falimentar	865
3. A NATUREZA DA SENTENÇA EXTINTIVA DA EXECUÇÃO FISCAL E A COISA JULGADA	866
4. OS RECURSOS CABÍVEIS CONTRA A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL	870
4.1. Apelação.....	870
4.2. Embargos infringentes.....	871
4.3. Agravo de instrumento	874
4.4. Remessa necessária.....	875
5. AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS A CARGO DA FAZENDA PÚBLICA EM CASO DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL.....	876

Capítulo XIV

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL 879

Augusto Newton Chucri

1. INTRODUÇÃO	880
2. NATUREZA JURÍDICA	880
3. CABIMENTO.....	882
4. A GARANTIA DO JUÍZO. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	883
4.1. Possibilidade de admissão dos Embargos em caso de penhora insuficiente.....	884
5. TEMPESTIVIDADE DA OPOSIÇÃO	886
5.1. Marco inicial da contagem do prazo para embargar	886

5.2. Multiplicidade das Penhoras e o início do prazo para Embargos.....	887
5.3. Prazo para embargar nos casos de execução por carta	888
5.4. Reabertura do prazo para Embargos	889
5.5. Prazo para embargar nos casos de múltiplos devedores executados.....	889
5.6. O prazo para embargar nos casos de dispensa de apresentação de garantia	890
5.7. O prazo para embargar para as empresas falidas e as alterações da Lei de Recuperações e Falências.....	892
6. EFEITO SUSPENSIVO DOS EMBARGOS. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC.....	895
6.1. Inexistência da regra na Lei de Execuções Fiscais	896
6.2. Tese da não aplicação do art. 919 do CPC em virtude da sistemática da LEF	897
7. A AMPLITUDE DA DISCUSSÃO EM SEDE DE EMBARGOS	900
7.1. A amplitude máxima dos Embargos	900
7.2. Delimitação do excesso de execução na apresentação dos embargos – art. 917, §§ 3º e 4º do CPC.....	902
7.3. Matérias vedadas em sede de Embargos	903
7.4. Não cabimento da Reconvenção e limitação do uso das Exceções	906
8. A CONCESSÃO DE LIMINAR EM EMBARGOS	907
9. A POSSIBILIDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO PREVISTA NO CPC	909
10.A CONDENAÇÃO DAS PARTES EM HONORÁRIOS.....	910
10.1.A Condenação da Fazenda Embargada.....	910
10.2.A Condenação do Embargante.....	912
11.AS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS. A OBRIGAÇÃO DO EMBARGANTE EM PRODUZIR PROVAS.....	913
12.A AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS E OS EFEITOS DA REVELIA.....	914
13.A SENTENÇA NOS EMBARGOS.....	915

13.1. Os efeitos do recurso de Apelação e o prosseguimento da execução fiscal.....	916
13.2. O cabimento dos Embargos Infringentes de Alçada contra sentença dos Embargos à Execução	918

Capítulo XV

AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA SIMPLES E CUMULADA COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO 921

João Aurino de Melo Filho

INTRODUÇÃO	922
1. AÇÃO ANULATÓRIA, AÇÃO DECLARATÓRIA E AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO: DISTINÇÕES	924
2. COMPETÊNCIA	927
2.1. Ação anulatória proposta em vara comum e criação posterior de vara especializada em execuções fiscais.....	932
2.2. Repercussões da competência delegada (e da sua extinção) na competência para julgamento e processamento da ação anulatória	935
3. AÇÃO ANULATÓRIA E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL.....	940
4. PRESCRIÇÃO	945
5. DEPÓSITO PREPARATÓRIO E SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E/OU DA EXECUÇÃO FISCAL.....	948
6. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO	960
6.1. Execução de sentença na ação anulatória.....	961
6.2. Eventualidade, na ação anulatória do ato declarativo da dívida, da audiência de conciliação ou de mediação prevista no CPC/2015.....	966
7. HONORÁRIOS	968
7.1. Casos de dispensa e limitação de honorários nas condenações contra a Fazenda Pública	975
7.2. Possibilidade de fixação de honorários com base na equidade na vigência do CPC.....	988

8. “CAUTELAR DE CAUÇÃO” FISCAL E AÇÃO ANULATÓRIA COM APRESENTAÇÃO DE GARANTIA IDÔNEA: CAUÇÃO SATISFATIVA NO CPC/2015	990
9. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO (AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA CUMULADA COM PEDIDO CONDENA-TÓRIO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS PARA SATISFAZER CRÉDITO PRETENSAMENTE ANULÁVEL)	998
9.1. Amplitude do pedido de restituição (juros e atualização mone-tária)	999
9.2. Legitimidade na ação de restituição do indébito tributário	1004
9.2.1. Legitimidade passiva	1004
9.2.2. Legitimidade ativa	1006
9.2.2.1. Análise da legitimidade do contribuinte de fato e do contribuinte de direito no pedido de restitui-ção de indébito envolvendo tributos indiretos ...	1007
9.2.2.2. (I) Legitimidade do responsável (substituto tri-butário) para pleitear a restituição de tributo suportado pelo contribuinte	1011
9.3. Prescrição	1015
9.3.1. Prescrição nos casos de lançamento por homologação....	1020
9.3.2. Prescrição nos casos de apresentação prévia de requere-mento administrativo ou de pagamento motivado por decisão judicial provisória	1024
9.3.3. Prescrição nos casos de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	1026
9.4. Execução do julgado	1026
9.4.1. Ônus do autor de realização e apresentação do cálculo dos valores a restituir e inaplicabilidade à Fazenda Pública da conclusão proferida pelo STJ no Recurso Especial nº 1.387.248/SC	1031
9.4.2. Juros e atualização monetária no decorrer do procedi-mento constitucional para pagamento das condenações judiciais da Fazenda Pública (precatórios): amplitude da declaração de inconstitucionalidade da emenda à Consti-tuição nº 62/2009	1034

9.4.3. Análise da decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 579.431/RS (que excluiu os juros entre a liquidação da decisão judicial e a expedição do precatório) e da proposta de superação da Súmula Vinculante nº 17	1041
10.AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS	1044
10.1.Representação processual na ação tributária antiexaccional proposta por associação em defesa de direitos dos associados	1045
10.2.Execução do julgado nas ações coletivas.....	1049
10.3.Honorários sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: manutenção do entendimento plasmado na Súmula nº 345 do STJ	1051

Capítulo XVI

EMBARGOS DE TERCEIRO EM EXECUÇÃO FISCAL..... 1053

Eduardo Rauber Gonçalves

INTRODUÇÃO	1053
1. CONCEITO E NATUREZA.....	1054
2. COMPETÊNCIA	1056
2.1. Competência delegada (art. 109, § 3º, da CF)	1056
2.2. Embargos propostos por ente federal (art. 109, I, da CF)	1057
2.3. Juízo deprecante X juízo deprecado (art. 676, parágrafo único, do CPC).....	1058
3. LEGITIMIDADE ATIVA	1059
3.1. Legitimidade do Possuidor (art. 674, § 1º, do CPC).....	1061
3.1.1. Súmula nº 84/STJ e Instrução Normativa AGU nº 05/2007 ..	1061
3.1.2. Legitimidade ativa do usucapiente.....	1063
3.2. Legitimidade do Cônjuge e do companheiro (art. 674, § 2º, I, do CPC)	1064
3.3. Legitimidade do Sócio Cotista	1070
3.4. Legitimidade do credor com garantia real (art. 674, § 2º, IV, do CPC)	1072

4. LEGITIMIDADE PASSIVA (ART. 677, § 4º, DO CPC)	1073
5. VALOR DA CAUSA	1073
6. PROCEDIMENTO	1075
6.1. Prazo para oposição dos embargos de terceiro (art. 675 do CPC)	1075
6.2. Efeitos da propositura e provimento liminar (artigo 678 do CPC)	1077
6.3. Prazo para impugnação (art. 679 do CPC)	1078
6.4. Limitação do conteúdo da contestação	1079
6.5. Mérito dos embargos de terceiro	1080
6.6. Honorários advocatícios	1082
7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM EXECUÇÃO FISCAL	1084
7.1. Assistência	1086

Capítulo XVII

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE..... 1091

Leonardo Munareto Bajerski

INTRODUÇÃO	1091
1. CONCEITO, HISTÓRICO E NATUREZA JURÍDICA DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	1092
2. OBJETO (ALGUMAS HIPÓTESES DE CABIMENTO)	1095
3. PROCEDIMENTO	1098
4. CABIMENTO DE HONORÁRIOS: CONTRA E A FAVOR.....	1101

Capítulo XVIII

AÇÃO DECLARATÓRIA EM MATÉRIA FISCAL..... 1109

Augusto Newton Chucri

INTRODUÇÃO	1109
1. DISTINÇÃO ENTRE AÇÃO DECLARATÓRIA PURA E AÇÃO DECLARATÓRIA MISTA	1110

2. CONCEITO	1112
3. A AÇÃO DECLARATÓRIA E O ART. 38 DA LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS	1112
4. O INTERESSE DE AGIR NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	1113
4.1. A Fazenda Pública pode propor ação declaratória em matéria tributária?.....	1113
4.2. O interesse de agir do contribuinte	1115
4.3. A demanda declaratória apresentada após a lesão do direito	1117
5. LEGITIMIDADE DAS PARTES	1121
5.1. Legitimidade ativa.....	1121
5.2. Legitimidade passiva.....	1124
6. LANÇAMENTO PARA PREVENIR DECADÊNCIA.....	1125
7. TUTELAS PROVISÓRIAS EM AÇÃO DECLARATÓRIA	1128
7.1. Informação falsa de suspensão de exigibilidade nas declarações dos tributos sujeitos ao autolançamento	1129
8. A SENTENÇA DECLARATÓRIA	1134
8.1. Declaração positiva e declaração negativa	1134
8.2. Eficácia da sentença.....	1134
8.3. Efeito dúplice da tutela declaratória.....	1135
8.4. Os efeitos da tutela declaratória no tempo. Análise da súmula 239 do STF	1136
8.5. A coisa julgada sobre relações continuativas e o parecer PGFN/CRJ nº 492/11	1138
9. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL	1146

Capítulo XIX

MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA FISCAL..... 1147

João Aurino de Melo Filho, Marcelo Polo e Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO

1. ASPECTOS GERAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA

1.1. A eficácia mandamental	1148
1.2. Os “privilégios” da ação mandamental.....	1150
1.3. Cabimento	1151
1.4. O prazo de 120 dias para impetração.....	1156
1.5. Competência	1157
2. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL.....	1158
2.1. Legitimidade ativa.....	1158
2.2. Legitimidade passiva.....	1159
2.3. A participação da pessoa jurídica de Direito Público	1162
2.4. A liminar em mandado de segurança	1164
2.5. A suspensão da segurança	1169
2.6. O reconhecimento do direito à compensação	1172
2.7. A sentença em mandado de segurança.....	1176
3. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1181
3.1. Assento constitucional e legal	1181
3.2. Legitimidade ativa	1184
3.3. Direitos protegidos pelo <i>writ</i> coletivo	1193
3.4. A coisa julgada no <i>writ</i> coletivo	1195
3.5. A execução individual do julgado coletivo.....	1207